

ENTRE *CLIO* E O LABOR: HISTÓRIA, TRABALHO, NARRATIVAS E INTERDISCIPLINARIDADE NAS PROVAS DO ENEM (1998-2024)

BETWEEN *CLIO* AND LABOR: HISTORY, WORK, NARRATIVES, AND INTERDISCIPLINARITY IN THE ENEM EXAMS (1998–2024)

ENTRE *CLÍO* Y LA LABOR: HISTORIA, TRABAJO, NARRATIVAS E INTERDISCIPLINARIEDAD EN LAS PRUEBAS DEL ENEM (1998-2024)

Pedro Pio Fontineles Filho¹

DOI: 10.54899/dcs.v23i94.6979

Recibido: 07/08/2026 | Aceptado: 02/09/2026 | Publicación en línea: 09/09/2026.

RESUMO

Este artigo analisa as relações entre história, trabalho, narrativas e interdisciplinaridade nas questões das Provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no período de 1998 a 2024. A pesquisa integra um conjunto de estudos desenvolvidos na Graduação e na Pós-Graduação, desde 2006, no âmbito do Grupo de Pesquisa em História e Educação (GPHED/UESPI), dedicado às relações entre narrativas históricas e narrativas audiovisuais e ficcionais e à problematização da historiografia e do ensino de História. O estudo toma as questões do Enem como objetos de investigação histórica e educacional, buscando identificar como a temática do trabalho é construída, representada e articulada a diferentes processos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais. Metodologicamente, fundamenta-se na análise qualitativa e quantitativa das questões que mobilizam o trabalho como categoria ou problema histórico, considerando também as diferentes linguagens utilizadas em sua elaboração, tais como textos literários, documentos, imagens, charges, quadrinhos, músicas, fotografias, mapas, gráficos e outras formas de representação. A investigação procura compreender quais sujeitos, experiências e relações de trabalho são privilegiados, bem como os diálogos estabelecidos entre História e outras áreas das Ciências Humanas. Ao problematizar as narrativas presentes no exame, o artigo busca contribuir para a compreensão das formas de produção e circulação do conhecimento histórico no campo educacional, destacando o potencial interdisciplinar das questões e a centralidade do trabalho como dimensão constitutiva da experiência histórica.

Palavras-chave: História. Trabalho. Narrativas. Interdisciplinaridade. Enem.

ABSTRACT

This article analyzes the relationships between history, labor, narratives, and interdisciplinarity within the questions of the National High School Exam (Enem) between 1998 and 2024. The research is part of a body of studies conducted at the undergraduate and graduate levels since 2006 by the History and Education Research Group (GPHED/UESPI), which focuses on the interplay between historical, audiovisual, and fictional narratives, as well as the critical

¹ Doutor em História, Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Teresina, Piauí, Brasil.
E-mail: pedropio@ccm.uespi.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8937-9421>

examination of historiography and history education. The study treats Enem questions as objects of historical and educational inquiry, seeking to identify how the theme of labor is constructed, represented, and linked to various historical, social, political, economic, and cultural processes. Methodologically, it relies on a qualitative and quantitative analysis of questions that engage with labor as a historical category or issue, while also considering the diverse forms of expression used in their design—such as literary texts, documents, images, political cartoons, comic strips, music, photographs, maps, graphs, and other representational forms. The investigation aims to understand which subjects, experiences, and labor relations are prioritized, as well as the dialogues established between History and other fields within the Humanities. By critically examining the narratives present in the exam, the article seeks to contribute to an understanding of how historical knowledge is produced and circulated within the educational sphere, highlighting the interdisciplinary potential of the questions and the centrality of labor as a constitutive dimension of historical experience.

Keywords: History. Labor. Narratives. Interdisciplinarity. Enem.

RESUMEN

Este artículo analiza las relaciones entre historia, trabajo, narrativas e interdisciplinariedad en las preguntas del Examen Nacional de Enseñanza Media (Enem) de Brasil, en el período comprendido entre 1998 y 2024. La investigación forma parte de un conjunto de estudios desarrollados en los niveles de grado y posgrado desde 2006, en el marco del Grupo de Investigación en Historia y Educación (GPHED/UESPI), dedicado a las relaciones entre narrativas históricas y narrativas audiovisuales y de ficción, así como a la problematización de la historiografía y de la enseñanza de la Historia. El estudio aborda las preguntas del Enem como objetos de investigación histórica y educativa, buscando identificar cómo se construye y representa la temática del trabajo y cómo se articula con diversos procesos históricos, sociales, políticos, económicos y culturales. Desde una perspectiva metodológica, se fundamenta en el análisis cualitativo y cuantitativo de aquellas preguntas que abordan el trabajo como categoría o problema histórico, considerando también los distintos lenguajes empleados en su elaboración, tales como textos literarios, documentos, imágenes, caricaturas, historietas, música, fotografías, mapas, gráficos y otras formas de representación. La investigación procura comprender qué sujetos, experiencias y relaciones laborales se privilegian, así como los diálogos establecidos entre la Historia y otras áreas de las Ciencias Humanas. Al problematizar las narrativas presentes en el examen, el artículo busca contribuir a la comprensión de las formas de producción y circulación del conocimiento histórico en el ámbito educativo, destacando el potencial interdisciplinario de las preguntas y la centralidad del trabajo como dimensión constitutiva de la experiencia histórica.

Palabras clave: Historia. Trabajo. Narrativas. Interdisciplinariedad. Enem.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A relação entre História, trabalho e educação constitui um campo de investigação fundamental para compreender tanto as formas de produção do conhecimento histórico quanto os modos pelos quais determinados temas e problemas sociais são apresentados no ensino de História. Nesse sentido, analisar a presença da temática do trabalho nas avaliações educacionais permite observar não apenas a recorrência de determinados conteúdos, mas também as concepções de história, sociedade, sujeitos e temporalidades mobilizadas na construção das narrativas escolares. É nessa perspectiva que se insere o presente estudo, intitulado, dedicado à análise das questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que mobilizam o trabalho como problema histórico, social, econômico e cultural.

A pesquisa integra um conjunto de investigações desenvolvidas, desde 2006, na Graduação e na Pós-Graduação, voltadas às relações entre narrativas históricas e narrativas audiovisuais e ficcionais, tendo como eixo a problematização da historiografia e do ensino de História. Esse percurso está articulado ao Grupo de Pesquisa em História e Educação (GPHE/UESPI) e contempla diferentes frentes de investigação, entre elas as relações entre História e Literatura, História e Cinema, História e Música, História e Quadrinhos e História e Charges. Insere-se, ainda, em Projeto de Pesquisa cadastrado na PROP/UESPI e conta com o apoio da Bolsa Produtividade FAPEPI/UESPI – Edital 2025-2026, compondo uma trajetória de pesquisa que busca compreender as múltiplas formas de produção, circulação e apropriação das narrativas históricas.

Partindo desse campo de investigação, as Provas do Enem constituem um objeto privilegiado para observar a articulação entre diferentes linguagens, saberes e formas de representação do passado e do presente. Ao longo do período de 1998 a 2024, o exame mobilizou textos, imagens, documentos, obras literárias, músicas, charges, quadrinhos, gráficos, fotografias e outros suportes como elementos constitutivos das questões. A análise dessas fontes e linguagens permite compreender como o conhecimento histórico é apresentado aos estudantes e como a temática do trabalho é relacionada a processos políticos, econômicos, sociais e culturais. A escolha do trabalho como eixo analítico parte da compreensão de que o labor constitui uma dimensão fundamental da experiência histórica. As formas de organização do trabalho, as relações entre trabalhadores e empregadores, a exploração, os processos de industrialização, as transformações tecnológicas, as lutas sociais, os direitos trabalhistas e as diferentes experiências

dos sujeitos do trabalho permitem problematizar mudanças e permanências ao longo do tempo. Nas questões do Enem, essas dimensões podem aparecer articuladas a outros campos das Ciências Humanas, evidenciando o caráter interdisciplinar da abordagem proposta pelo exame.

Nesse sentido, o estudo busca investigar como o trabalho é narrado, representado e problematizado nas Provas do Enem entre 1998 e 2024, considerando as relações estabelecidas entre História, diferentes linguagens narrativas e outras áreas do conhecimento. Interessa compreender quais sujeitos, experiências e processos históricos são privilegiados, quais linguagens são utilizadas para construir as questões e de que maneira a interdisciplinaridade participa da elaboração dessas narrativas. Assim, mais do que identificar a frequência da temática do trabalho, pretende-se analisar os sentidos históricos atribuídos ao labor e as estratégias narrativas utilizadas para apresentá-lo aos estudantes. Ao tomar o Enem como objeto historiográfico e educacional, a pesquisa procura contribuir para a reflexão sobre as relações entre narrativa, ensino de História e avaliação, evidenciando como diferentes linguagens e saberes podem participar da construção de interpretações sobre o trabalho e sobre as experiências históricas que constituem a sociedade brasileira.

Diante disso, o presente estudo tem o objetivo principal de compreender as múltiplas abordagens, narrativas e imagéticas, da história do trabalho e do trabalhador nas Provas do Enem, nas edições de 1998-2024. A partir disso, busca-se, ainda, analisar como a temática do trabalho e do trabalhador é abordada em diferentes momentos históricos e em distintas espacialidades no Brasil e no mundo; discutir sobre as diversas narrativas e linguagens utilizadas na elaboração das questões, em perspectiva interdisciplinar entre a História e demais ciências humanas e letras; refletir sobre aspectos da interpretação por meio de mecanismos de leitura semiótica, para o entendimento das questões; e pensar a historicidade da temática do trabalho por meio das relações políticas, econômicas, sociais e culturais.

REFERENCIAL TEÓRICO

O arcabouço do referencial teórico-historiográfico, que sustentou as reflexões e análises do presente estudo, pode ser estruturado em alguns eixos:

1 – Teoria da História e Historiografia: A análise das concepções de História presentes nas questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) parte da compreensão de que o conhecimento histórico é resultado de operações de investigação, interpretação, representação e

narrativa. Nesse sentido, o presente eixo teórico dialoga com Marc Bloch, Jacques Le Goff, Roger Chartier, Michel de Certeau e Paul Ricoeur, autores que, a partir de diferentes perspectivas, problematizam o ofício do historiador, as relações entre História e memória, as representações, as práticas culturais e a dimensão narrativa do conhecimento histórico.

Em Marc Bloch, a História é concebida como investigação sobre a experiência humana no tempo. Em *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*, o autor afirma que a História é “a ciência dos homens no tempo” (Bloch, 2001, p. 55). A definição desloca o conhecimento histórico de uma simples descrição de acontecimentos para uma investigação problematizadora das experiências humanas em diferentes temporalidades. Para a análise das questões do Enem, essa perspectiva permite observar como os problemas históricos são formulados e como acontecimentos, sujeitos e processos são relacionados às permanências e transformações ao longo do tempo.

Jacques Le Goff, por sua vez, contribui para compreender as relações entre História, memória e temporalidade. Em *História e Memória*, define a memória como a “propriedade de conservar certas informações”, relacionando-a às funções pelas quais os indivíduos podem atualizar impressões e informações passadas ou representadas como passadas (Le Goff, 2003, p. 419). A memória, nessa perspectiva, não constitui mera reprodução do passado, mas participa de sua construção social e das formas pelas quais determinados acontecimentos, sujeitos e experiências são lembrados. Tal abordagem é pertinente à análise das questões do Enem, especialmente quando estas mobilizam documentos, imagens, monumentos, testemunhos ou outras formas de representação da memória histórica.

Com Roger Chartier, a investigação incorpora a noção de representação e a relação entre práticas culturais e formas de leitura. Em *O mundo como representação* (1991), o historiador observa que a História permanece “uma disciplina ainda sadia e vigorosa”, embora atravessada por transformações decorrentes da multiplicação dos campos de pesquisa e das formas de inteligibilidade. Essa perspectiva contribui para compreender que os objetos históricos não são apresentados de maneira neutra, mas por meio de representações produzidas e apropriadas em determinados contextos. Assim, textos literários, imagens, charges, músicas, fotografias, mapas e outros suportes presentes nas questões do Enem podem ser analisados como formas específicas de produzir e comunicar sentidos sobre o passado.

A contribuição de Michel de Certeau é fundamental para problematizar a própria produção do conhecimento histórico. Em *A Escrita da História*, afirma que “toda pesquisa historiográfica

se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (Certeau, 2002, p. 66). O lugar social condiciona a escolha dos temas, documentos, métodos e questões formuladas pelo historiador. A História, portanto, constitui uma operação que articula lugar social, práticas de pesquisa e escrita. Essa reflexão permite considerar as questões do Enem como construções narrativas situadas, nas quais determinadas fontes, sujeitos e interpretações são selecionados e organizados para produzir uma leitura histórica específica.

Por esse diapasão, Paul Ricoeur possibilita aprofundar a relação entre narrativa e experiência temporal. Em *Tempo e Narrativa*, sustenta que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo” e que a narrativa adquire significado ao configurar a experiência temporal (Ricoeur, 1994, p. 15). A narrativa, desse modo, constitui uma mediação fundamental para organizar acontecimentos e experiências em uma determinada configuração temporal. Essa contribuição é especialmente relevante para compreender como as questões do Enem transformam conteúdos históricos em narrativas problematizadoras, articulando acontecimentos, sujeitos, temporalidades e diferentes linguagens.

A articulação desses cinco autores permite compreender as questões do Enem como construções narrativas do conhecimento histórico, fundamentadas em problemas, temporalidades, memórias, representações, práticas culturais e operações de escrita e leitura. O referencial possibilita, assim, investigar não apenas quais conteúdos históricos são mobilizados pelo exame, mas também como esses conteúdos são selecionados, representados, narrados e transformados em problemas de aprendizagem, aspecto central para compreender as concepções de História presentes nas Provas do Enem.

2 – História do Trabalho: constitui o eixo central desta pesquisa, uma vez que possibilita compreender o trabalho como experiência histórica, relação social e dimensão fundamental da organização das sociedades. Para a análise das questões do Enem, esse campo permite ultrapassar uma concepção restrita do trabalho como atividade econômica e investigá-lo em suas relações com classe, cultura, capitalismo, escravidão, cidadania, direitos sociais e transformações produtivas. O diálogo entre diferentes autores possibilita, ainda, contemplar tanto as experiências dos trabalhadores quanto as estruturas econômicas e políticas que condicionam suas formas de inserção no mundo do trabalho.

Em Edward P. Thompson, a formação da classe trabalhadora é compreendida como processo histórico e cultural, construído a partir das experiências concretas dos sujeitos. No prefácio de *A formação da classe operária inglesa*, o autor afirma que “a classe acontece quando

alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses” (Thompson, 1987, p. 10). A classe, portanto, não deve ser entendida como estrutura fixa, mas como relação histórica produzida pelas experiências, práticas culturais, tradições e formas de consciência dos trabalhadores. Essa perspectiva é especialmente relevante para interpretar questões do Enem que apresentam o trabalho a partir das experiências, conflitos e formas de organização dos trabalhadores.

Eric Hobsbawm amplia a compreensão do trabalho ao relacioná-lo às transformações do capitalismo e às mudanças sociais produzidas pela industrialização. Em *A era do capital*, ao caracterizar a expansão capitalista do século XIX, o historiador destaca uma sociedade baseada na “O triunfo global do capitalismo é o tema mais importante da história nas décadas que sucederam 1848. Foi o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender no mais caro.” Por esse prisma, no êxito de comprar tudo no mercado mais barato, “incluindo o trabalho”, e vender no mais caro (Hobsbawm, 2009, p. 21). Essa formulação permite compreender o trabalho como elemento constitutivo das relações capitalistas e analisar as transformações econômicas articuladas às experiências sociais dos trabalhadores.

A perspectiva de Marcel van der Linden contribui para ampliar geográfica e conceitualmente a História do Trabalho. Sua proposta de uma História Global do Trabalho questiona abordagens excessivamente centradas no trabalhador industrial assalariado europeu e busca incorporar diferentes formas de trabalho, inclusive aquelas marcadas pela coerção e pela ausência de liberdade. Em texto programático sobre a História Global do Trabalho, Van der Linden defende que os historiadores do trabalho devem estudar “all working people, across the whole world, and through the millennia” — todos os trabalhadores, em todo o mundo e ao longo dos milênios (Van Der Linden, 2013, p. 219). Essa abordagem é fundamental para uma investigação que pretende reconhecer a pluralidade das experiências de trabalho representadas nas questões do Enem.

No contexto contemporâneo, Ricardo Antunes possibilita analisar as transformações do mundo do trabalho associadas à reestruturação produtiva, à flexibilização, à terceirização e à precarização. Ao discutir o capitalismo contemporâneo, o autor afirma que “o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano”, podendo “precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo” (Antunes, 2001, p. 38). A reflexão

permite compreender que as mudanças tecnológicas e produtivas não significam o desaparecimento do trabalho, mas a transformação de suas formas de organização, controle e exploração. Para o estudo do Enem, essa perspectiva favorece a análise de questões que relacionam trabalho, capitalismo, tecnologia e desigualdade.

No cenário brasileiro, Sidney Chalhoub é fundamental para compreender as relações entre trabalho, escravidão, liberdade e resistência. Em *Visões da liberdade*, o autor desloca a análise da escravidão de uma perspectiva centrada exclusivamente nas estruturas de dominação para uma História Social atenta às experiências e ações dos sujeitos escravizados. Ao reconstruir suas disputas e interpretações, afirma que “as lutas em torno de diferentes visões ou definições de liberdade, e de cativo, eram uma das formas possíveis de acesso ao processo histórico de extinção da escravidão na Corte” (Chalhoub, 1990, p. 13). Essa perspectiva permite compreender os escravizados como sujeitos históricos capazes de elaborar significados próprios sobre liberdade, cativo e trabalho e de intervir nas relações sociais que estruturavam a escravidão.

Por fim, Ângela de Castro Gomes contribui para compreender as relações entre trabalho, trabalhismo, cidadania e legislação social no Brasil. Em *A invenção do trabalhismo*, a autora demonstra que a cidadania brasileira esteve profundamente relacionada aos direitos sociais e à formação da classe trabalhadora como ator político. Como sintetiza na apresentação de sua obra, “a questão da cidadania passa no Brasil pela questão dos direitos sociais. Mas o que me preocupava era o problema da extensão da participação política, o que envolve necessariamente a classe trabalhadora” (Gomes, 2005, p. 9). Sua abordagem permite compreender a legislação trabalhista não apenas como concessão estatal, mas como resultado de processos históricos de disputa, negociação e construção política da cidadania.

A articulação desses autores oferece, portanto, um referencial amplo para analisar o trabalho como experiência, relação de classe, atividade econômica, prática cultural, forma de exploração e dimensão da cidadania. Esse conjunto teórico permite investigar as Provas do Enem não apenas quanto à presença quantitativa da temática do trabalho, mas sobretudo quanto às diferentes concepções de trabalhador, trabalho, capitalismo, direitos, resistência e transformação social que são mobilizadas nas narrativas históricas apresentadas aos estudantes.

3 – Narrativas e Representação: A análise das Provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) exige considerar que o conhecimento histórico não é apresentado apenas por meio de textos expositivos, mas também mediante diferentes linguagens e suportes, como imagens, charges, músicas, fotografias, mapas e documentos. Esses materiais não funcionam somente

como ilustrações dos conteúdos, mas participam da construção dos problemas históricos propostos aos estudantes. Nesse sentido, o eixo de Narrativas e Representação fundamenta-se em autores que permitem compreender como os sentidos são produzidos, organizados, representados e apropriados por meio das narrativas e dos discursos.

Em Paul Ricoeur, narrativa e temporalidade constituem dimensões indissociáveis da compreensão histórica. Em *Tempo e narrativa*, o autor afirma: “O tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” (Ricoeur, 1994, p. 15). A narrativa, portanto, não apenas organiza acontecimentos, mas confere inteligibilidade à experiência temporal. Essa perspectiva permite analisar como as questões do Enem articulam acontecimentos, sujeitos e processos históricos em determinadas configurações narrativas, transformando conteúdos do passado em problemas interpretativos.

Jerome Bruner contribui para compreender a narrativa como uma forma específica de construção e interpretação da realidade. No artigo *The Narrative Construction of Reality*, publicado em *Critical Inquiry* (1991), o autor questiona a ideia de que o conhecimento consiste simplesmente em alcançar uma realidade objetiva e afirma que “we achieve ‘reality’” por meio de modos de construção que dão inteligibilidade ao mundo. Bruner distingue, nesse sentido, diferentes modos de pensamento e destaca a especificidade do pensamento narrativo na organização da experiência humana. Sua contribuição é particularmente pertinente para compreender o Enem, pois as questões transformam informações históricas em narrativas estruturadas a partir de fontes, perspectivas, conflitos e relações temporais.

Em Mikhail Bakhtin, a análise volta-se para o caráter dialógico da linguagem e para a compreensão dos enunciados como integrantes de uma cadeia de discursos. Em *Estética da criação verbal*, o autor afirma que “Todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva” (Bakhtin, 2003, p. 289). O enunciado, portanto, não existe de maneira isolada: relaciona-se com outros discursos, respondendo a enunciados anteriores e produzindo possibilidades de resposta. Essa concepção é importante para a análise das questões do Enem, uma vez que textos, imagens, documentos e demais linguagens mobilizadas pelo exame podem ser compreendidos como discursos situados em contextos históricos e sociais específicos. A perspectiva dialógica permite, assim, observar a presença de diferentes vozes, posições e perspectivas na construção das narrativas históricas.

Roger Chartier, por sua vez, oferece instrumentos fundamentais para pensar as relações entre representação, práticas culturais e apropriação. Em *A história cultural: entre práticas e representações*, o autor afirma que “as representações do mundo social [...] são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam” (Chartier, 1990, p. 17). As representações, portanto, não constituem reproduções neutras da realidade, mas construções vinculadas a posições sociais, interesses e relações de poder. Chartier também define a apropriação como uma “história social das interpretações”, relacionada às determinações sociais, institucionais e culturais e às práticas específicas que produzem os sentidos (Chartier, 1990, p. 26). Essa abordagem possibilita compreender que a leitura de um texto, imagem, charge ou documento depende tanto das características do objeto quanto das práticas e condições de sua apropriação.

A articulação desses autores permite compreender as questões do Enem como construções narrativas e representacionais, nas quais diferentes linguagens participam ativamente da produção de sentidos sobre o passado e o presente. Ricoeur contribui para a compreensão da relação entre narrativa e tempo; Bruner, para a narrativa como forma de construção da realidade e do conhecimento; Bakhtin, para o caráter dialógico e responsivo dos discursos; e Chartier, para a análise das representações, práticas culturais e formas de apropriação. Esse conjunto teórico possibilita investigar não apenas quais conteúdos históricos aparecem nas provas, mas também como são narrados, representados e oferecidos à leitura dos estudantes, questão fundamental para compreender as relações entre historiografia, ensino de História e avaliação.

5 – Interdisciplinaridade: constitui um desafio teórico, epistemológico e pedagógico, especialmente quando se pretende superar a fragmentação dos conhecimentos sem eliminar a especificidade das disciplinas. No contexto desta pesquisa, esse eixo é fundamental para compreender como as Provas do Enem articulam História a diferentes campos do conhecimento e mobilizam, em uma mesma questão, conceitos, linguagens e procedimentos provenientes de distintas áreas. Para Ivani Fazenda, a interdisciplinaridade não se reduz à justaposição de disciplinas, constituindo antes uma atitude diante do conhecimento e da prática educativa. Em *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*, a autora afirma: “Interdisciplinaridade não é categoria de conhecimento, mas de ação” (Fazenda, 1994, p. 89). A autora também caracteriza a atitude interdisciplinar como uma disposição para “conhecer mais e melhor”, marcada pela reciprocidade, pelo diálogo e pela humildade diante dos limites do próprio saber (Fazenda, 1994, p. 82). Essa perspectiva permite compreender a interdisciplinaridade como prática de interação e

construção coletiva do conhecimento, aspecto particularmente relevante para a análise das questões do Enem.

Edgar Morin contribui para esse debate a partir da teoria da complexidade, criticando formas de conhecimento que isolam e fragmentam os fenômenos. Em *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, identifica uma inadequação entre “os saberes desunidos, divididos, compartimentados” e problemas que são cada vez mais “multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários” (Morin, 2000, p. 36). A interdisciplinaridade, nessa perspectiva, relaciona-se à necessidade de contextualizar e religar os conhecimentos, articulando partes e totalidade. Para o autor, “a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade” (Morin, 2000, p. 38).

Em Hilton Japiassu, a interdisciplinaridade possui importante dimensão epistemológica, pois pressupõe a superação da fragmentação dos saberes por meio da cooperação e da interação entre as disciplinas. Em *Interdisciplinaridade e patologia do saber*, afirma que “a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa” (Japiassu, 1976, p. 74). O autor propõe, ainda, que “uma epistemologia da complementariedade, ou melhor, da convergência, deve, pois, substituir a da dissociação” (Japiassu, 1976, p. 26).

A articulação desses autores permite compreender a interdisciplinaridade como atitude, prática, integração e forma de organização do conhecimento. Fazenda enfatiza a dimensão pedagógica e atitudinal; Morin, a necessidade de um pensamento capaz de religar conhecimentos fragmentados; e Japiassu, a dimensão epistemológica da cooperação entre disciplinas. Esse referencial possibilita analisar as Provas do Enem como espaço privilegiado de articulação de saberes, investigando em que medida suas questões estabelecem diálogos entre História e outras áreas e como essa integração contribui para a construção de narrativas e problemas históricos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como documental, bibliográfica, qualitativa e de natureza analítico-interpretativa, tendo como objeto as questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) relacionadas à temática do trabalho, no período de 1998 a 2024. O recorte corresponde à trajetória histórica do exame desde sua primeira edição, em 1998, até 2024. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o

Enem foi instituído em 1998 e, a partir de 2009, passou por uma reformulação metodológica, passando a ser organizado em quatro áreas do conhecimento. Entre 1998 e 2008, a prova objetiva era constituída por 63 itens interdisciplinares; desde 2009, a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias passou a integrar uma das quatro provas objetivas, com 45 questões.

A pesquisa bibliográfica constitui uma etapa fundamental deste estudo, uma vez que possibilita o levantamento, a seleção e a análise da produção científica relacionada aos eixos teóricos da investigação. Para Antônio Carlos Gil, “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44). Nesse sentido, o levantamento bibliográfico realizado contempla obras de referência nos campos da Teoria da História, História do Trabalho, Narrativas e Representação e Interdisciplinaridade, permitindo estabelecer o diálogo entre a literatura especializada e a análise das questões do Enem. A pesquisa bibliográfica, portanto, não se limita à fundamentação teórica, mas participa da construção das categorias analíticas utilizadas na interpretação do corpus documental.

Quanto à abordagem qualitativa, a pesquisa busca compreender os sentidos, representações e concepções de trabalho presentes nas questões selecionadas, privilegiando a interpretação em lugar da simples mensuração. Conforme Maria Cecília de Souza Minayo, “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (Minayo, 2002, p. 21). A autora acrescenta que essa abordagem trabalha com “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (Minayo, 2002, p. 21-22). Assim, a abordagem qualitativa mostra-se adequada ao objetivo desta investigação, pois permite analisar as narrativas, linguagens, representações e relações interdisciplinares mobilizadas nas questões do Enem, buscando compreender como o trabalho é significado e representado, e não apenas quantificar sua ocorrência.

O corpus documental foi constituído pelos cadernos oficiais das provas do Enem disponibilizados pelo Inep, abrangendo as edições de 1998 a 2024. A opção pela análise documental justifica-se pela própria natureza das fontes, constituídas por documentos institucionais produzidos em diferentes contextos históricos e destinados à avaliação educacional. O acervo oficial do Inep disponibiliza os cadernos de questões e os respectivos gabaritos das edições do exame, inclusive para todo o período delimitado pela pesquisa.

A perspectiva documental adotada fundamenta-se em André Cellard, para quem a análise

documental exige uma postura crítica diante das fontes. O autor destaca que “é impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, tão incompleto parcial ou impreciso que seja” (Cellard, 2008, p. 299). A afirmação é particularmente pertinente ao presente estudo, uma vez que as questões do Enem são analisadas como documentos produzidos em determinadas condições institucionais, pedagógicas e históricas, e não como registros neutros ou transparentes do conhecimento histórico. Para Cellard, a análise deve considerar o contexto de produção, a autoria, a autenticidade e confiabilidade, a natureza do documento e os conceitos fundamentais nele presentes.

A constituição do corpus ocorreu mediante leitura exploratória, levantamento, seleção e classificação das questões. Inicialmente, foram realizadas leituras dos cadernos de provas com o objetivo de localizar ocorrências relacionadas à temática do trabalho. Para essa etapa, foram empregados como descritores principais os termos “trabalho”, “força de trabalho”, “trabalhador”, “emprego”, “desemprego” e “mercado de trabalho”, além de expressões correlatas identificadas durante a leitura das provas. Entretanto, a seleção não se restringiu à ocorrência literal dessas palavras. Foram igualmente consideradas questões nas quais o trabalho aparecesse como problema histórico, ainda que mediante outros conceitos e processos, tais como escravidão, industrialização, capitalismo, sindicalismo, legislação social, movimentos operários, relações de produção, exploração, direitos trabalhistas, precarização e transformações tecnológicas.

Após a identificação inicial, as questões selecionadas foram submetidas a uma leitura analítico-interpretativa, considerando não apenas o conteúdo histórico mobilizado, mas também a forma como esse conteúdo foi construído narrativamente. Nesse procedimento, foram observados: a) o tema e o problema histórico; b) os sujeitos representados; c) a temporalidade mobilizada; d) os conceitos históricos empregados; e) as relações entre passado e presente; f) as fontes utilizadas; g) as linguagens presentes; h) as áreas do conhecimento articuladas; e i) as concepções de trabalho e de trabalhador produzidas pela questão.

A análise das diferentes linguagens constitui dimensão importante da metodologia, considerando que as questões do Enem podem mobilizar textos literários, documentos, fotografias, charges, quadrinhos, músicas, mapas, gráficos, tabelas e outras formas de representação. Esses materiais foram compreendidos como elementos constitutivos das questões, e não como meras ilustrações. Dessa maneira, a pesquisa buscou identificar como cada linguagem participa da produção de sentidos sobre o trabalho e como diferentes formas de representação interferem na construção da narrativa histórica apresentada ao estudante.

O procedimento analítico foi orientado pelo diálogo entre os quatro eixos teóricos que estruturam a investigação: Teoria da História e Historiografia; História do Trabalho; Narrativas e Representação; e Interdisciplinaridade. O primeiro eixo possibilitou problematizar as concepções de História, temporalidade, memória, representação e narrativa presentes nas questões. O segundo constituiu o núcleo interpretativo da pesquisa, permitindo compreender o trabalho como experiência histórica, relação de classe, atividade econômica, prática cultural, forma de exploração e dimensão da cidadania. O terceiro possibilitou analisar as formas pelas quais textos, imagens e diferentes discursos constroem representações do passado e do trabalho. O quarto orientou a identificação das relações estabelecidas entre História e outras áreas das Ciências Humanas.

Nesse sentido, a análise não pretendeu simplesmente quantificar a ocorrência da palavra “trabalho” nas provas. A dimensão quantitativa do levantamento foi utilizada como procedimento de localização e organização do corpus, enquanto a interpretação qualitativa buscou compreender os sentidos atribuídos ao trabalho nas diferentes questões. A pesquisa procurou, portanto, responder não somente “quanto” e “quando” o trabalho aparece nas provas, mas, sobretudo, “como” ele é narrado, “quais” sujeitos e experiências são representados e “quais” relações interdisciplinares são mobilizadas em sua construção. A própria estrutura histórica do Enem reforça a pertinência desse procedimento. O Inep informa que, entre 1998 e 2008, os itens eram interdisciplinares e organizados a partir de uma matriz de 21 habilidades; posteriormente, a reorganização do exame estabeleceu áreas de conhecimento e matrizes de referência específicas. Assim, considerar as transformações formais do exame é indispensável para interpretar adequadamente as permanências e mudanças observadas no corpus.

Por fim, o procedimento metodológico permitiu tratar as Provas do Enem simultaneamente como documentos educacionais, fontes históricas e narrativas de conhecimento. A partir da articulação entre levantamento sistemático e análise qualitativa, buscou-se compreender de que maneira o trabalho é selecionado, representado e problematizado no exame e como essas representações dialogam com diferentes concepções historiográficas e educacionais. Desse modo, a metodologia adotada possibilita investigar as relações entre história, trabalho, narrativas e interdisciplinaridade, tomando as questões do Enem como espaços de produção e circulação de determinados sentidos sobre o passado, o presente e as experiências do mundo do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das Provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no período de 1998 a 2024, evidencia que o trabalho constitui uma temática recorrente e diversificada nas questões de História e Ciências Humanas. O levantamento realizado a partir das palavras-chave “trabalho”, “força de trabalho”, “trabalhador”, “emprego”, “desemprego” e “mercado de trabalho”, complementado pela identificação de questões nas quais o trabalho aparece de maneira conceitual ou contextual, permitiu reconhecer diferentes experiências históricas do labor. Entre elas, destacam-se o trabalho escravo, indígena, rural, industrial, feminino, urbano, informal e as novas formas de trabalho associadas ao capitalismo contemporâneo. Mais do que uma categoria econômica, o trabalho aparece como dimensão constitutiva das relações sociais, das disputas políticas, das transformações culturais e dos processos de formação histórica.

O trabalho escravo constitui uma das formas mais recorrentes de representação do labor no corpus analisado, especialmente quando associado à colonização, à economia agroexportadora, à escravidão africana, à resistência e ao processo de abolição. A recorrência dessa temática demonstra que o trabalho compulsório é mobilizado como chave explicativa para compreender a formação da sociedade brasileira. Entretanto, as questões não permitem compreendê-lo apenas como mecanismo de exploração econômica: a presença dos sujeitos escravizados e de suas ações possibilita uma leitura da escravidão como experiência social marcada por conflitos, negociações e resistências. Essa interpretação aproxima-se de Sidney Chalhoub, que, ao estudar as últimas décadas da escravidão na Corte, identifica as disputas em torno das diferentes concepções de liberdade e cativeiro como uma via de acesso à compreensão do processo histórico de desagregação da escravidão (Chalhoub, 1990).

A abordagem do trabalho indígena amplia essa perspectiva ao evidenciar que a exploração da força de trabalho dos povos originários também integrou os processos de colonização. Nas questões em que essa temática aparece, o trabalho indígena é geralmente articulado à ocupação territorial, à organização da produção colonial, às relações entre colonizadores e povos indígenas e às diferentes modalidades de coerção. A presença dessa categoria contribui para romper com uma narrativa que identifique a história do trabalho compulsório brasileiro exclusivamente à experiência africana, revelando a pluralidade das formas de exploração existentes na sociedade colonial.

O trabalho rural, por sua vez, aparece associado às estruturas agrárias, à produção agrícola, à propriedade da terra e às relações entre trabalhadores e proprietários. Sua presença permite perceber a permanência histórica de relações de trabalho vinculadas ao campo, ao mesmo tempo em que evidencia as transformações decorrentes da modernização econômica. A diversidade dessas experiências aproxima-se da perspectiva de Marcel van der Linden (2013), cuja proposta de História Global do Trabalho amplia o olhar para diferentes sujeitos e modalidades laborais. A contribuição é particularmente importante para este estudo porque permite considerar o trabalho rural, doméstico, informal, compulsório e assalariado como parte de uma história plural do labor.

O trabalho industrial ganha destaque nas questões relacionadas à industrialização, à urbanização, à expansão capitalista e à formação da classe trabalhadora. Nesse conjunto, o trabalhador aparece como sujeito inserido em relações de produção, mas também como agente de conflitos e experiências coletivas. A concepção de E. P. Thompson contribui diretamente para essa interpretação. Ao analisar a formação da classe operária inglesa, o autor afirma: “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses” (Thompson, 1987, p. 10). Assim, a presença do trabalhador industrial nas questões pode ser interpretada não apenas pela posição ocupada no processo produtivo, mas pelas experiências sociais, culturais e políticas produzidas nas relações de trabalho. A análise também evidencia a presença do trabalho feminino, indicando uma ampliação dos sujeitos representados nas narrativas sobre o mundo do trabalho. As questões relacionadas às mulheres permitem articular trabalho, gênero, direitos, industrialização, trabalho doméstico e participação social. Essa perspectiva é importante porque desloca a análise de uma concepção tradicional de trabalhador, frequentemente identificada ao operário masculino, e incorpora outras experiências laborais. O trabalho feminino passa, assim, a integrar processos mais amplos de transformação social e de construção da cidadania.

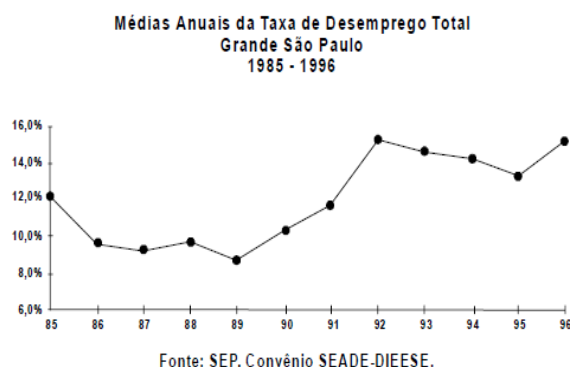
O trabalho urbano aparece relacionado ao crescimento das cidades, à industrialização, à diversificação profissional e às novas relações sociais produzidas pela modernização econômica. A cidade constitui espaço de trabalho, mas também de organização coletiva, conflitos, reivindicações e construção de direitos. Essa dimensão permite compreender a relação entre trabalho e cidadania, aspecto que dialoga com Ângela de Castro Gomes. Ao analisar o trabalhismo brasileiro, a autora afirma que “a questão da cidadania passa no Brasil pela questão dos direitos sociais” (Gomes, 2005, p. 9). A formulação permite compreender que as experiências

do trabalho não podem ser dissociadas das disputas pela definição e ampliação dos direitos sociais.

Outra categoria identificada é o trabalho informal, cuja presença aproxima as questões históricas de problemas sociais contemporâneos. Ao abordar emprego, desemprego, informalidade e condições de trabalho, o Enem estabelece relações entre transformações econômicas e experiências concretas dos trabalhadores. Essa dimensão torna-se ainda mais evidente nas questões referentes às novas formas de trabalho no capitalismo contemporâneo, nas quais aparecem processos de flexibilização, terceirização, precarização e reorganização produtiva. Sobre a dimensão do trabalho, a questão 15, da Prova do Enem de 1998 apresenta um gráfico:

Figura 1 – Gráfico sobre o desemprego em São Paulo (1985-1996)

Um estudo sobre o problema do desemprego na Grande São Paulo, no período 1985-1996, realizado pelo SEADE-DIEESE, apresentou o seguinte gráfico sobre taxa de desemprego.



- 15 Pela análise do gráfico, é correto afirmar que, no período considerado,
- (A) a maior taxa de desemprego foi de 14%.
 - (B) a taxa de desemprego no ano de 1995 foi a menor do período.
 - (C) a partir de 1992, a taxa de desemprego foi decrescente.
 - (D) no período 1985-1996, a taxa de desemprego esteve entre 8% e 16%.
 - (E) a taxa de desemprego foi crescente no período compreendido entre 1988 e 1991.

Fonte: Inep. Prova do Enem (1998)

Nesse sentido, é salutar dizer que a questão mobiliza um gráfico estatístico como linguagem para abordar a dimensão do trabalho a partir do problema do desemprego na Grande São Paulo, entre 1985 e 1996. A utilização desse recurso desloca a abordagem do trabalho para além de sua dimensão produtiva, permitindo analisá-lo também sob a perspectiva das condições de emprego, das oscilações do mercado de trabalho e das transformações socioeconômicas. Nesse sentido, o gráfico constitui uma fonte de informação que exige do estudante a leitura e interpretação de dados quantitativos, articulando conhecimentos de História, Geografia e

Ciências Humanas. A questão evidencia, portanto, o caráter interdisciplinar do Enem ao utilizar uma linguagem estatística para problematizar uma experiência social relacionada ao mundo do trabalho. No entanto, é necessário dizer que se trata de uma linguagem muito técnica, que exige do leitor/estudante habilidades que vão além dos conhecimentos históricos. Por outro lado, no Enem de 2001, é possível notar a utilização de narrativas diferentes, inclusive imagéticas, para abordar o universo do trabalho:

Figura 2 – Questão acerca do trabalho e produção

4

“... Um operário desenrola o arame, o outro o endireita, um terceiro corta, um quarto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer a cabeça do alfinete requerem-se 3 ou 4 operações diferentes; ...”

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. Investigação sobre a sua Natureza e suas Causas. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.



Jornal do Brasil, 19 de fevereiro de 1997.

A respeito do texto e do quadrinho são feitas as seguintes afirmações:

- I. Ambos retratam a intensa divisão do trabalho, à qual são submetidos os operários.
- II. O texto refere-se à produção informatizada e o quadrinho, à produção artesanal.
- III. Ambos contêm a ideia de que o produto da atividade industrial não depende do conhecimento de todo o processo por parte do operário.

Dentre essas afirmações, apenas

- (A) I está correta.
- (B) II está correta.
- (C) III está correta.
- (D) I e II estão corretas.
- (E) I e III estão corretas.

Fonte: Inep. Prova do Enem (2001)

A questão articula diferentes linguagens para abordar historicamente a organização do trabalho e as experiências dos trabalhadores. O trecho de Adam Smith apresenta a divisão e a especialização das tarefas como elementos da produção, enquanto o quadrinho, por meio do humor e da crítica social, representa o trabalhador inserido em uma linha de montagem e distante do conhecimento sobre o processo produtivo em sua totalidade. A utilização do quadrinho como documento amplia as possibilidades de leitura histórica ao incorporar uma linguagem presente no cotidiano e capaz de representar conflitos, percepções e experiências sociais.

Na esteira do pensamento historiográfico, a questão evidencia uma concepção de História que não se restringe aos textos acadêmicos ou às fontes tradicionalmente consideradas legítimas, incorporando linguagens visuais e produções culturais como objetos de análise. O quadrinho permite problematizar a condição do trabalhador, a fragmentação das atividades, a especialização

e os efeitos sociais da organização industrial do trabalho. Dessa forma, a questão aproxima o conhecimento histórico de outras formas de narrativa e representação, estimulando a interpretação das relações entre trabalho, trabalhador e sociedade a partir de diferentes perspectivas e suportes. Nessa mesma perspectiva de uso de diferentes linguagens e abordagem interdisciplinar, é possível mencionar a questão 90, do Enem de 2021:

Figura 3 – O cotidiano e trabalho no Brasil, séculos XVII e XIX.

Questão 90
TEXTO I



EIGENHEER, E. M. Lixo: a limpeza urbana através dos tempos. Porto Alegre: Gráfica Pallois, 2009.

TEXTO II

A repugnante tarefa de carregar lixo e os dejetos da casa para as praças e praias era geralmente destinada ao único escravo da família ou ao de menor status ou valor. Todas as noites, depois das dez horas, os escravos conhecidos popularmente como “tigres” levavam tubos ou barris de excremento e lixo sobre a cabeça pelas ruas do Rio.

KARASCH, M. C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2000.

A ação representada na imagem e descrita no texto evidencia uma prática do cotidiano nas cidades no Brasil nos séculos XVIII e XIX caracterizada pela

- Ⓐ valorização do trabalho braçal.
- Ⓑ reiteração das hierarquias sociais.
- Ⓒ sacralização das atividades laborais.
- Ⓓ superação das exclusões econômicas.
- Ⓔ resignificação das heranças religiosas.

Fonte: Inep. Prova do Enem (2021)

A questão mobiliza diferentes linguagens e fontes para abordar o cotidiano urbano e as relações de trabalho no Brasil dos séculos XVIII e XIX. A imagem, de caráter iconográfico, é colocada em diálogo com um texto historiográfico sobre os chamados “tigres”, escravizados encarregados do transporte de lixo e dejetos no Rio de Janeiro. Essa articulação permite discutir a escravidão para além das atividades diretamente vinculadas à produção econômica, evidenciando também os trabalhos urbanos, domésticos e considerados socialmente degradantes. A questão exemplifica uma ampliação dos objetos e das fontes utilizadas pela História, incorporando imagens e práticas do cotidiano como caminhos para compreender estruturas sociais. A leitura conjunta das fontes possibilita problematizar as relações entre trabalho, escravidão, espaço urbano e desigualdade, mostrando como as experiências dos sujeitos escravizados podem ser investigadas a partir de diferentes formas de registro. Assim, a questão aproxima o conhecimento histórico de linguagens não exclusivamente textuais e valoriza o cotidiano como dimensão fundamental para a compreensão das relações sociais do passado.

Nesse ínterim, ainda é pertinente lembrar da proposta de Redação do Enem de 2023, que teve como tema os “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”. Destaca-se que a proposta de redação do Enem 2023 evidencia a capacidade do exame de transformar uma questão social contemporânea em objeto de reflexão histórica, econômica e cultural. Ao articular trabalho, gênero, desigualdade e reprodução da vida social, a proposta ultrapassa uma abordagem estritamente linguística e mobiliza conhecimentos construídos em diferentes áreas. Os textos motivadores recorrem, inclusive, a dados do IBGE e a estudos sobre a economia do cuidado, demonstrando a articulação entre diferentes linguagens e campos do conhecimento. Nesse sentido, o tema dialoga diretamente com a perspectiva desenvolvida no presente estudo, ao revelar como o Enem incorpora o trabalho como categoria histórica e social, relacionando-o às experiências, desigualdades e transformações da sociedade brasileira. A redação de 2023 amplia esse percurso ao conferir visibilidade ao trabalho de cuidado, frequentemente naturalizado e associado ao universo privado feminino, evidenciando que as provas do exame constituem também espaços de produção de narrativas sobre sujeitos, relações sociais e problemas históricos. Assim, a proposta reafirma o caráter interdisciplinar do Enem e sua aproximação com uma História preocupada não apenas com o trabalho formal e produtivo, mas também com os trabalhos invisibilizados que sustentam a vida social.

Nesse ponto, a contribuição de Ricardo Antunes (2001) permite interpretar as questões contemporâneas não como evidência do desaparecimento do trabalho, mas como expressão de sua transformação e de novas formas de controle, exploração e precarização. A perspectiva de Eric Hobsbawm (2009) também contribui para compreender a relação entre trabalho e expansão capitalista. Ao caracterizar o triunfo do capitalismo no século XIX, o historiador destaca uma sociedade fundada na competição e no mercado. A formulação evidencia a centralidade do trabalho nas relações econômicas capitalistas e ajuda a compreender por que as transformações do capitalismo constituem importante eixo das questões que tematizam industrialização, trabalho assalariado e relações de produção.

Consideradas em conjunto, as categorias identificadas revelam que as Provas do Enem constroem uma narrativa plural da História do Trabalho. O labor aparece associado à escravidão e à liberdade; à experiência indígena e africana; ao campo e à cidade; à industrialização e à informalidade; às experiências masculinas e femininas; à formação das classes e à conquista de direitos; e, mais recentemente, às transformações decorrentes da reestruturação do capitalismo. Não se trata, portanto, de uma narrativa linear em que uma forma de trabalho simplesmente

substitui outra. As diferentes modalidades coexistem, transformam-se e, em determinadas circunstâncias, permanecem articuladas. Esse resultado também evidencia o caráter interdisciplinar da abordagem. O trabalho é mobilizado em diálogo com História, Sociologia, Geografia, Economia e Ciência Política, aparecendo relacionado a conceitos como classe, mercado, território, cidadania, desigualdade, industrialização, urbanização e direitos sociais. A temática do labor funciona, assim, como ponto de convergência entre diferentes saberes e linguagens. Nesse sentido, a análise confirma a hipótese de que o Enem não apresenta o trabalho apenas como conteúdo histórico específico, mas como categoria interpretativa capaz de articular diferentes dimensões da experiência social.

Desse modo, os resultados permitem afirmar que investigar a “questão de labor” nas Provas do Enem significa compreender simultaneamente quais formas de trabalho são selecionadas, quais sujeitos são visibilizados e quais sentidos históricos são atribuídos ao labor. A diversidade encontrada no corpus evidencia uma ampliação da própria noção de trabalhador e permite identificar uma narrativa que percorre diferentes temporalidades, desde o trabalho compulsório colonial até as formas contemporâneas de precarização. O trabalho, nesse conjunto, apresenta-se não apenas como atividade produtiva, mas como experiência histórica, relação de poder, espaço de conflito, construção de identidades e campo de luta por direitos.

A análise das questões do Enem entre 1998 e 2024 permite identificar uma pluralidade de sujeitos históricos relacionados ao mundo do trabalho. Trabalhadores, empresários, Estado, movimentos sociais, sindicatos e populações marginalizadas aparecem, em diferentes temporalidades e contextos, como agentes de processos econômicos, políticos e sociais. Essa diversidade é importante porque desloca uma concepção de História do Trabalho centrada exclusivamente na relação entre patrões e operários e permite observar relações de poder, conflitos, negociações, formas de organização coletiva e disputas por direitos. Nesse sentido, a perspectiva de E. P. Thompson (1987) é particularmente produtiva, pois compreende a classe como resultado de experiências históricas compartilhadas.

Entre os sujeitos mais recorrentes encontram-se os trabalhadores, representados em diferentes condições históricas: escravizados, trabalhadores rurais, operários, mulheres, trabalhadores urbanos e sujeitos inseridos em formas contemporâneas de informalidade e precarização. A análise demonstra, entretanto, que o trabalhador não aparece apenas como força produtiva, mas também como sujeito de resistência, organização e reivindicação. Essa perspectiva aproxima-se da História Social do Trabalho e da proposição de Marcel van der Linden

(2013) de ampliar o campo de investigação para além do operariado industrial. Por esse prisma, investiga-se, em boa medida, todos os trabalhadores, em diferentes espaços e temporalidades. Tal perspectiva é particularmente adequada ao corpus do Enem, no qual as experiências laborais ultrapassam os limites do trabalho assalariado industrial. Nesse sentido, os empresários e proprietários constituem outro grupo relevante, geralmente representado em situações relacionadas à organização da produção, à exploração da força de trabalho, ao desenvolvimento industrial e às relações entre capital e trabalho. Sua presença evidencia que as questões não constroem o trabalhador de forma isolada, mas dentro de relações sociais determinadas. A oposição ou negociação entre trabalhadores e proprietários permite compreender o trabalho como espaço de conflitos e interesses divergentes. Essa dimensão ganha maior complexidade nas questões relativas ao capitalismo contemporâneo, sobretudo quando aparecem processos de reestruturação produtiva, flexibilização e precarização. Ricardo Antunes (2001) sintetiza essa contradição ao afirmar que a presença simultânea de trabalhadores e empresários, portanto, permite analisar o trabalho como relação social estruturada por interesses, desigualdades e disputas.

O Estado também aparece como sujeito fundamental, especialmente nas questões que envolvem legislação trabalhista, direitos sociais, políticas públicas, industrialização, regulamentação das relações de trabalho e cidadania. Nessa perspectiva, o Estado não é apresentado apenas como uma instituição administrativa, mas como agente que intervém nas relações sociais e participa da definição dos direitos e deveres associados ao trabalho. A contribuição de Ângela de Castro Gomes (2005) é central para essa interpretação. A autora demonstra que a questão da cidadania no Brasil está relacionada aos direitos sociais, à participação política, à formação da classe trabalhadora e às suas relações com o Estado. Assim, quando as questões articulam trabalhadores, legislação e Estado, o trabalho passa a ser também compreendido como dimensão da cidadania.

Os movimentos sociais e sindicatos aparecem, por sua vez, como formas de organização coletiva dos trabalhadores e de outros grupos sociais. Sua presença evidencia que as transformações do mundo do trabalho não resultam exclusivamente de decisões empresariais ou estatais, mas também das ações coletivas daqueles que vivenciam as relações de trabalho. Greves, associações, organizações sindicais e movimentos reivindicatórios podem ser compreendidos, nessa perspectiva, como espaços de construção de identidades e de formulação de demandas. A leitura thompsoniana novamente contribui para essa análise, uma vez que a experiência

compartilhada pode produzir formas de consciência, organização e ação coletiva. A classe, nesse sentido, não é uma categoria estática, mas uma relação histórica que se constrói por meio da experiência e da luta.

Outro resultado significativo é a presença de populações marginalizadas ou historicamente subalternizadas, entre elas pessoas escravizadas, indígenas, mulheres e trabalhadores submetidos a condições precárias. A inclusão desses sujeitos amplia a narrativa sobre o trabalho e possibilita questionar perspectivas que privilegiam exclusivamente os trabalhadores assalariados, urbanos e industriais. No caso da escravidão, por exemplo, Sidney Chalhoub (1990) demonstra a importância de considerar as experiências e ações dos próprios sujeitos escravizados. Essa assertiva permite compreender os sujeitos submetidos ao cativeiro como agentes históricos, e não apenas como objetos das políticas escravistas ou das decisões das elites. A análise desses diferentes sujeitos revela, portanto, que as Provas do Enem constroem uma narrativa relacional do mundo do trabalho. O trabalhador é apresentado em relação ao empresário, ao Estado, aos sindicatos, aos movimentos sociais e às estruturas econômicas que condicionam sua experiência. Ao mesmo tempo, a presença de sujeitos historicamente marginalizados contribui para ampliar o repertório social da História do Trabalho, incorporando experiências que ultrapassam o modelo clássico do operário industrial masculino. Essa diversidade também evidencia o caráter interdisciplinar das questões, que frequentemente articulam História, Sociologia, Economia, Geografia e Ciência Política para interpretar as relações entre trabalho, poder, cidadania e desigualdade. Desse modo, os resultados indicam que o Enem não apenas seleciona diferentes sujeitos históricos, mas constrói determinadas formas de representação desses sujeitos. Trabalhadores podem aparecer como força produtiva, classe, indivíduos, cidadãos ou agentes de resistência; empresários, como agentes econômicos e representantes do capital; o Estado, como regulador e produtor de direitos; sindicatos e movimentos sociais, como instrumentos de organização e reivindicação; e populações marginalizadas, como sujeitos de experiências históricas específicas e de processos de resistência. A análise dessas representações permite compreender que a “questão de labor” nas provas não se restringe à identificação de profissões ou relações produtivas: ela envolve poder, conflito, cidadania, identidade, resistência e reconhecimento histórico.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se a extensão e heterogeneidade do corpus, considerando as mudanças na estrutura e nas matrizes do Enem entre 1998 e 2024. Além disso, a identificação das questões relacionadas ao trabalho possui dimensão interpretativa, pois nem

sempre essa temática aparece explicitamente por meio das palavras-chave selecionadas. O estudo também não contempla os processos de elaboração dos itens pelo Inep nem sua recepção por professores e estudantes. Pesquisas futuras poderão ampliar o corpus para livros didáticos, documentos curriculares e outras avaliações nacionais, além de realizar análises quantitativas da distribuição das questões por período, formas de trabalho, sujeitos e linguagens. Também será relevante investigar como professores e estudantes interpretam essas narrativas, aprofundando as relações entre História, trabalho, narrativas, linguagens e interdisciplinaridade.

CONCLUSÃO

A análise das Provas do Enem, no período de 1998 a 2024, permitiu compreender como o trabalho é construído como objeto histórico, social e educacional nas questões de História e Ciências Humanas. Os resultados evidenciaram a presença de diferentes formas de labor — escravo, indígena, rural, industrial, feminino, urbano, informal e contemporâneo — e de múltiplos sujeitos históricos, como trabalhadores, empresários, Estado, sindicatos, movimentos sociais e populações marginalizadas. Desse modo, o estudo alcançou seu objetivo de investigar não apenas a recorrência da temática, mas também as formas pelas quais ela é narrada e representada.

Os achados demonstram que o Enem apresenta o trabalho como uma categoria capaz de articular produção, poder, conflito, resistência, cidadania e desigualdade, mobilizando diferentes linguagens e estabelecendo diálogos entre História, Sociologia, Geografia, Economia e Ciência Política. A pesquisa contribui, assim, para os estudos sobre História do Trabalho e ensino de História ao evidenciar que as avaliações nacionais também participam da seleção, construção e circulação de determinadas narrativas sobre o passado e o mundo do trabalho.

Por fim, a investigação reforça a importância de uma abordagem interdisciplinar e crítica no ensino de História, capaz de reconhecer a diversidade das experiências laborais e dos sujeitos que as vivenciam. Ao analisar as Provas do Enem como documentos educacionais e narrativas históricas, o estudo amplia a compreensão sobre as relações entre história, trabalho, narrativas, linguagens e educação, oferecendo subsídios para novas pesquisas sobre as formas de representação do trabalho e para práticas pedagógicas comprometidas com a pluralidade das experiências históricas.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI e à Universidade Estadual do Piauí – UESPI, pelo apoio institucional e pela concessão da bolsa de pesquisa, por meio do Edital FAPEPI/UESPI 2025, que possibilitou o desenvolvimento deste estudo. Agradecemos o incentivo à pesquisa científica e à produção do conhecimento, fundamentais para a formação acadêmica e para o fortalecimento da pesquisa histórica no âmbito da universidade pública.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 35-48.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Provas e gabaritos do Enem**. Brasília, DF: Inep, 1998-2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/provas-e-gabaritos> . Acesso em: 13 maio 2026.
- BRUNER, Jerome. The narrative construction of reality. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 18, n. 1, p. 1-21, 1991. DOI: 10.1086/448619.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. DOI: 10.1590/S0103-40141991000100010.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa: tomo I**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1994.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

VAN DER LINDEN, Marcel. Global Labor History: Promising Challenges. **International Labor and Working-Class History**, n. 84, p. 218–225, Fall 2013.